



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA nº 973/2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no PAD nº 3191/2022,

RESOLVE:

Art. 1º **TORNAR PÚBLICO** o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativo ao segundo quadrimestre de 2022 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 – TCU-Plenário – Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, data da assinatura eletrônica.

(Assinado eletronicamente conf. Lei nº 11.419/2006)
Desembargador JORGE MANOEL LOPES LINS
Presidente do TRE/AM

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	LIQUIDADAS													
	(a)													
	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
(b)														
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.362.096,68	8.657.125,22	12.742.576,27	10.024.907,64	10.588.011,47	8.489.146,18	8.471.842,31	8.456.370,87	8.832.106,02	8.456.021,91	8.407.700,79	8.483.067,96	109.970.973,32	2.109.901,28
Pessoal Ativo	7.609.360,99	7.904.389,53	11.611.322,67	9.258.410,48	9.438.265,62	7.722.649,02	7.705.345,15	7.689.873,71	7.980.511,18	7.663.983,02	7.595.492,83	7.671.027,84	99.850.632,04	2.109.901,28
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.377.494,13	6.662.856,86	9.134.623,99	7.967.382,30	8.252.666,64	6.481.344,86	6.472.012,96	6.466.947,70	6.745.142,36	6.433.095,75	6.366.781,28	6.450.534,22	83.810.883,02	2.108.101,28
Obrigações Patronais	1.231.866,86	1.241.532,67	2.476.698,68	1.291.028,18	1.185.598,98	1.241.304,16	1.233.332,19	1.222.926,01	1.235.368,82	1.230.887,30	1.228.711,55	1.220.493,62	16.039.749,02	1.800,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	752.735,69	752.735,69	1.131.253,60	766.497,16	1.149.745,85	766.497,16	766.497,16	766.497,16	851.594,84	792.038,89	812.207,96	812.040,12	10.120.341,28	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	467.992,12	467.992,12	700.197,81	467.992,12	701.988,23	467.992,12	467.992,12	467.992,12	472.997,78	478.324,51	498.493,58	498.325,74	6.158.280,37	-
Pensões	284.743,57	284.743,57	431.055,79	298.505,04	447.757,62	298.505,04	298.505,04	298.505,04	378.597,06	313.714,38	313.714,38	313.714,38	3.962.060,91	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	842.160,11	939.916,84	1.131.253,60	929.944,67	1.155.218,65	873.598,58	777.627,52	810.398,12	908.626,13	811.546,48	948.688,61	813.642,94	10.942.622,25	989.229,42
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	12.222,86	86.244,00	-	33.129,28	-	-	1.268,73	-	-	-	117.323,89	339,74	250.528,50	20.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	77.201,56	100.937,15	-	130.318,23	5.472,80	107.101,42	9.861,63	43.900,96	57.031,29	19.507,59	19.156,76	1.263,08	571.752,47	969.229,42
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	752.735,69	752.735,69	1.131.253,60	766.497,16	1.149.745,85	766.497,16	766.497,16	766.497,16	851.594,84	792.038,89	812.207,96	812.040,12	10.120.341,28	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	7.519.936,57	7.717.208,38	11.611.322,67	9.094.962,97	9.432.792,82	7.615.547,60	7.694.214,79	7.645.972,75	7.923.479,89	7.644.475,43	7.459.012,18	7.669.425,02	99.028.351,07	1.120.671,86

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a+III b)	100.149.022,93	0,008030
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	207.834.004,01	0,016665
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	197.442.303,81	0,015832
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	187.050.603,61	0,014999

FONTE: Sistema SIAFI, COFIN/SECONT, 22/SET/2022 e hora de emissão 09h40m.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 23/09/2022 15:16:46
Por: JORGE MANOEL LOPES LINS

TRE

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1599, de 20 de setembro de 2022, publicada em 21 de setembro de 2022.

##ASS Des. Jorge Manoel Lopes Lins
##CAR Presidente do TRE/AM

##ASS Melissa Lavareda Ramos Nogueira
##CAR Diretora-Geral

##ASS Bárbara Lima Tavares de Almeida
##CAR Secretária de Administração, Orçamento e Finanças, em exercício

##ASS Ruy Melo de Oliveira
##CAR Coordenador de Auditoria Interna

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 23/09/2022 15:16:46
Por: JORGE MANOEL LOPES LINS

TRE